



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSÂMEDES**  
Concurso Público N°1/2024  
Edital N°1/2024

# Caderno de Prova Discursiva

**ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO**

## **PROCURADOR**

### **INSTRUÇÕES GERAIS**

- 1) A resposta à Prova Discursiva deverá conter, no mínimo, 60 linhas (duas laudas) e, no máximo, 90 linhas (três laudas).
- 2) A prova Discursiva deverá ser respondida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Resposta a lápis não será corrigida e terá pontuação ZERO.
- 3) A banca avaliadora receberá a folha de resposta codificada, você será um candidato anônimo. Desenhos, recados, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica escritos na prova serão considerados elementos de identificação. Se houver ocorrência de algum caso como os mencionados, sua prova será desconsiderada e receberá pontuação ZERO.
- 4) **ATENÇÃO:** Confira os dados de sala e ordem da Ficha de Identificação com os mesmos dados, abaixo do código de barras na Folha de Resposta.
- 5) Você deve levar consigo esses códigos, destacando-os da Ficha de Identificação, para conferir com sua prova quando esta for disponibilizada no sistema da Fundação Aroeira.
- 6) A Prova terá duração de 3 horas.
- 7) Após o início da prova o candidato somente poderá retirar-se do local após decorrida uma hora, sem levar o caderno de provas.
- 8) Caso o candidato insista em deixar o local, o ato será registrado no relatório de aplicação de prova e o candidato será eliminado do concurso público.
- 9) O candidato somente poderá retirar-se do local da prova, levando o Caderno de Prova, no decorrer dos últimos trinta minutos do período de aplicação.



**FUNDAÇÃO AROEIRA**

## INSTRUÇÕES GERAIS

---

- A avaliação da prova discursiva, para os candidatos ao cargo de Procurador Municipal, será baseada nos seguintes critérios:
- Conteúdo Específico ( 14,0 pontos):
  - a) Nome da peça (3,0 pontos);
  - b) Raciocínio jurídico – lógica e coerência (5,0 pontos);
  - c) Fundamentação legal da peça (6,0 pontos);
- Língua Portuguesa (6,0 pontos):
  - a) Coesão e coerência (3,0 pontos);
  - b) Aspectos Linguísticos (3,0 pontos).
- Para a elaboração da peça profissional será permitida a consulta da legislação, súmulas, enunciados, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos sem qualquer anotação ou comentário, sendo os seguintes materiais: Legislação não comentada, não anotada e não comparada; códigos, inclusive os organizados que não possuam índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos tribunais ou quaisquer comentários com anotações ou comparações; súmulas; enunciados e orientações jurisprudenciais, inclusive organizados, desde que não estruturarem roteiros de peças processuais; leis de introdução dos códigos; instruções normativas; índice remissivo; exposição de motivos; regimento interno; resoluções dos tribunais; separação de códigos por clipes e/ou por cores, providenciada pelo próprio candidato, sem nenhum tipo de anotação manuscrita ou impressa nos recursos utilizados para fazer a separação; e utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do direito ou a leis.
- Para a elaboração da Prova Discursiva não será permitida qualquer utilização ou consulta de: códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais; Jurisprudências; anotações pessoais ou transcrições; cópias reprográficas (xerox); impressos da internet (exceto as leis do município publicados no site do concurso); utilização de marca textos, traços, símbolos, post-its ou remissões a artigos ou a lei, de forma a estruturar roteiros de peças processuais e/ou anotações pessoais; utilização de notas adesivas manuscritas, em branco ou impressas pelo candidato; utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico em branco; informativos de tribunais; livros de doutrina, revistas, apostilas, calendários e anotações; dicionários ou qualquer outro material de consulta; legislação comentada, anotada ou comparada; súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais comentados, anotados ou comparados.
- Os materiais com conteúdo proibido por este edital não poderão ser utilizados durante a prova. Quando possível, a critério do fiscal de sala, acompanhado do coordenador do local de prova (advogado) ou do representante da Ordem dos Advogados da Subseção local, poderá haver o isolamento dos conteúdos proibidos, seja por grampo, fita adesiva, destacamento ou qualquer outro meio.
- Caso seja constatado que a obra possui trechos ou partes que inviabilizem o referido isolamento, o material será recolhido pelo fiscal de sala e não poderá ser utilizado pelo candidato.
- O candidato que, durante a aplicação das provas, estiver portando ou utilizando material proibido, ou se utilizar de qualquer expediente que vise burlar as regras do concurso, especialmente quanto aos materiais de consulta terá o material recolhido e suas provas anuladas, sendo automaticamente eliminado do certame.
- Ao terminar a prova discursiva o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala,

todo o material correspondente, inclusive as folhas de rascunho.

- O padrão de resposta preliminar da prova discursiva que será divulgado pela banca examinadora corresponderá a uma expectativa de elaboração da peça.
- A resposta à questão da Prova Discursiva deverá ser manuscrita, com letra legível, transcrita para a Folha de Resposta à Prova Discursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Não será permitida a interferência ou o auxílio de outra pessoa nessa tarefa, exceto, no caso de haver solicitação deferida para realização da prova em condição especial, de acordo com o prazo definido do Anexo I – Cronograma.
- A Folha de Resposta à Prova Discursiva é o único documento válido para a correção da prova discursiva.
- Respostas grafadas fora do espaço delimitado ou em desacordo com as instruções contida no Caderno de Prova não serão consideradas.
- Não haverá substituição da Folha de Resposta à Prova Discursiva por erro de preenchimento ou qualquer outro fato de responsabilidade do candidato.
- A folha de resposta não deverá ser assinada, rubricada ou conter quaisquer palavras ou marcas que possibilitem a identificação do candidato, sob pena de anulação da prova e atribuição de nota zero.
- Serão consideradas marcas de identificação quaisquer desenhos, números, recados ou mensagens, nomes ou suas abreviações, apelido, pseudônimo ou rubrica, colocados na folha de resposta.
- Palavras ofensivas, preconceitos e afrontas de caráter racial, social, sexual e/ou religioso não serão aceitos, sendo o candidato eliminado, sem prejuízo de outras medidas legais.
- O candidato que deixar de transcrever a resposta e entregar a Folha de Resposta à Prova

Discursiva receberá a nota 0,0 (zero), sendo eliminado do concurso público.

- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva, nos casos abaixo, sendo o candidato eliminado do concurso público: que tenha sido transcrita a lápis; transcrita com letra ilegível; que contenha qualquer expressão ou sinal que possa identificar o candidato
- Ao terminar, entregue o Caderno de Prova e a Folha de Resposta Definitiva para a equipe de fiscalização.

## PROVA DISCURSIVA - QUESTÃO PRÁTICA

O Presidente da Câmara Municipal de Mossâmedes, na Defesa das Garantias Institucionais do referido Poder, busca um terreno urbano não edificado, para promover a desapropriação e posterior edificação da sede própria da Casa Legislativa, atualmente, funcionando em imóvel alugado.

Almejando atender aos Princípios da Legalidade, Moralidade e Eficiência, e preocupado em não causar nenhum prejuízo aos administrados, encaminha ofício à Procuradoria da Casa de Leis, com as seguintes indagações:

- a) A Câmara Municipal pode decretar desapropriação por ato próprio, ou dependeria de ato (decreto) do Chefe do Executivo Municipal?
- b) Sendo possível a desapropriação por ato da Câmara Municipal, qual seria o instrumento adequado?
- c) E, resumidamente, qual seria o procedimento para a desapropriação?

Em face da situação hipotética, na Condição de Procurador da Câmara Municipal, apresente, com a devida fundamentação, a peça profissional pertinente, respondendo às indagações do Presidente da Câmara Municipal.

## RASCUNHO DA RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO DA RESPOSTA

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## RASCUNHO DA RESPOSTA

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

